



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

JOÃO PAULO II

PARA A CELEBRAÇÃO DO

XV DIA MUNDIAL DA PAZ¹ DE JANEIRO DE 1982

A PAZ:

DOM DE DEUS CONFIADO AOS HOMENS !

*Aos Jovens que, amanhã, assumirão as grandes decisões no mundo,
aos Homens e às Mulheres que, hoje, têm a responsabilidade da vida em sociedade,
às Famílias e aos Educadores,
aos Chefes das Nações e dos Governos*

É a todos vós que eu dirijo esta Mensagem, ao alvorecer do ano de 1982. Convido-vos a reflectir comigo sobre o tema do Dia Mundial que novamente vamos celebrar: a paz, dom de Deus confiado aos homens.

1. Esta verdade apresenta-se diante de nós no momento de definir os nossos compromissos e de tomar as nossas decisões. A mesma verdade interpela a inteira humanidade, todos os homens e todas as mulheres que sabem ser responsáveis uns pelos outros, e, solidariamente, responsáveis pelo mundo.

Logo que terminou a primeira guerra mundial, o meu predecessor Papa Bento XV consagrava já uma Encíclica a este tema. Regozijando-se por haverem terminado as hostilidades e insistindo na necessidade de apaziguar os ódios e as inimizades; começava a sua Encíclica com estas palavras: « Eis chegada a paz, este dom magnífico de Deus , que, no dizer de Santo Agostinho, " entre os bens passageiros da terra, é o mais aprazível de que se possa falar, o mais apetecível que se possa desejar e o melhor que se possa encontrar" (*De Civ. Dei*, 1, XIX, c. 11) » (Encíclica *Pacem Dei Munus*: AAS 12, 1920, p. 209).

Esforços pela paz num mundo dilacerado

2. Desde então para cá, muitas vezes os meus Predecessores tiveram que recordar esta verdade, no seu empenho constante de educação para a paz e de dar estímulo ao trabalho em prol de uma paz duradoura. Hoje em dia, a paz tornou-se, no mundo inteiro, uma preocupação maior, não apenas para os responsáveis pelo destino das nações, mas também e sobretudo para amplos sectores das populações e para inumeráveis pessoas que, individualmente, se dedicam com generosidade e tenacidade a criar uma mentalidade de paz e a instaurar uma verdadeira paz entre povos e nações. Isso é, certamente, uma realidade reconfortante. Mas não se pode pretender encobrir que, malgrado os esforços envidados por todos os homens e mulheres de boa vontade, *continuam a pesar graves ameaças sobre a paz no mundo*. Entre estas ameaças, algumas revestem a forma de rupturas no interior de numerosas nações; outras provêm de tensões profundas e agudas entre as nações e os blocos antagonistas, no seio da comunidade mundial.

A dizer bem a verdade, os diversos afrontamentos de que nós somos testemunhas nos dias de hoje distinguem-se daqueles que a história nos refere, por algumas características novas. Adverte-se, primeiro que tudo, a sua *globalidade*: embora localizado, um conflito é com frequência a expressão de tensões que têm a sua origem noutras partes do mundo. É frequente, mesmo, o facto de um conflito ter repercussões profundas bem longe do lugar onde ele rebentou. E pode falar-se, ainda, de *totalidade*: as tensões actuais mobilizam todas as forças das nações e, além disso, a monopolização em proveito próprio e mesmo a hostilidade exprimem-se nos dias de hoje igualmente bem tanto no comportamento da vida económica ou das aplicações tecnológicas da ciência, como no uso dos chamados « mass media » ou no campo militar. E, por fim, importa realçar o seu carácter *radical*: o ter de parar com os conflitos é exigido pela sobrevivência da humanidade inteira, em virtude de capacidade destruidora dos arsenais militares da actualidade.

Em suma, num momento em que há tantos factores que poderiam favorecer a sua integração, a sociedade dos homens apresenta-se como um mundo dilacerado, onde predominam sobre as forças de união os fendimentos leste-oeste, norte-sul, amigo-inimigo.

Um problema essencial

3. As causas desta situação assim, como é óbvio, são complexas e de diversas espécies. Há as *causas políticas*, que, naturalmente, são as mais fáceis de discernir. Assim, há grupos particulares que abusam da própria potência para impor o seu jugo a inteiras sociedades. Movidas pelo desejo imoderado de expansão, há certas nações que chegam a construir a própria prosperidade sem respeito algum ou, mesmo, à custa da felicidade de outras. Depois, há o nacionalismo desenfreado que nutre planos de hegemonia, no âmbito dos quais as relações com as outras nações parecem ficar maniatadas por uma alternativa cruel: ou satelização e dependência, ou competição e hostilidade. Uma análise feita mais a fundo levará a descobrir a

causa de semelhante situação na aplicação de certas concepções e *ideologias* que pretendem proporcionar, elas somente, o único fundamento da verdade sobre o homem, sobre a vida social e sobre a história.

Perante o dilema paz ou guerra, o homem vem a encontrar-se confrontado consigo próprio, com a sua natureza, com o seu programa de vida pessoal e comunitária e com o uso da sua liberdade. E será que as relações entre os homens se terão de processar inexoravelmente sobre as bases da incompreensão e do afrontamento sem dó nem piedade, por força de uma lei fatal da existência humana ? Ou - comparados com as espécies animais que lutam entre si segundo a « lei » da selva - não terão antes os homens a vocação específica e a possibilidade única de viver em relações pacíficas com os seus semelhantes e de participar com eles na criação da cultura, da sociedade e da história? No fim de contas, quando se interroga sobre a paz, o homem é levado a interrogar-se sobre o sentido e as condições da sua própria existência, pessoal e comunitária.

A Paz, dom de Deus

4. A paz não é tanto um equilíbrio superficial de interesses materiais divergentes - o que se situaria na ordem da quantidade, das coisas - mas, na sua realidade profunda, é sobretudo um bem de ordem essencialmente humana - de sujeitos humanos - e, portanto, de natureza racional e moral, fruto da verdade e da virtude. Sim, a paz resulta do dinamismo das vontades livres, guiadas pela razão no sentido do bem comum a atingir na verdade, na justiça e no amor. Esta *ordem racional e moral* assenta precisamente na decisão da consciência dos seres humanos em busca da harmonia nas suas relações recíprocas, sobre a base do respeito da justiça para todos e, por conseguinte, dos direitos humanos fundamentais inerentes a cada pessoa. E não se vê como é que esta ordem moral poderia abstrair de Deus, fonte primeira do ser, verdade essencial e bem supremo.

Já neste sentido a paz provém de Deus, como de seu *fundamento*: ela é um dom de Deus. Ao apossar-se das riquezas e dos recursos do universo, trabalhados pelo engenho humano - e foi, muitas vezes, a respeito destes bens que nasceram os conflitos e as guerras - « o homem depara com o facto de que tudo lhe foi dado principalmente pela "natureza", por outras palavras, em última análise pelo Criador » (Encíclica *Laborem Exercens*, n. 12). E Deus não é somente Aquele que doa a criação à humanidade para ela a administrar e desenvolver de um modo solidário, ao serviço de todos os homens sem discriminação alguma; Ele é também Aquele que *grava na consciência do homem* as leis que o obrigam a respeitar, de múltiplas maneiras, a vida e a pessoa integral do seu próximo, criado também ele à imagem e semelhança de Deus, ao ponto de o mesmo Deus ser o *garante* de todos os seus direitos humanos fundamentais. Sim, Deus é sem dúvida a fonte da paz: Ele chama à paz, garante-a e dá-a como fruto da « justiça ».

Mais ainda: Ele *ajuda* interiormente os homens a realizá-la e a encontrá-la. Com efeito, o homem,

na sua existência limitada e sujeita ao erro e ao mal, vai em busca do bem da paz como que às apalpadelas e rodeado de muitas dificuldades. As suas faculdades são obscurecidas pelas aparências de verdade, atraídas por falsos bens e desviadas por instintos irracionais e egoístas. De onde a necessidade que ele tem de se abrir para a luz transcendente de Deus que se projecta na sua vida, a purifica do erro e a liberta das paixões agressivas. Deus não está longe do coração do homem que O invoca e se esforça por realizar a justiça; em contínuo diálogo com ele, deixando-o porém na sua liberdade, Deus apresenta-lhe o bem da paz, como sendo a plenitude da comunhão de vida com o mesmo Deus e com os irmãos. Ao longo da Bíblia a palavra « paz » aparece continuamente associada à ideia de bem-estar, de harmonia, de felicidade, de segurança, de concórdia, de salvação e de justiça, como o bem por excelência, que Deus - « o Senhor da paz » (2 Tes. 3, 16)- já agora dá, e promete em abundância: Farei correr a paz, « à maneira de um rio » (Is. 66, 12).

Dom de Deus confiado aos homens

5. Embora a paz seja um dom, o homem não está nunca dispensado da sua *responsabilidade* de a procurar e de empenhar-se no sentido de a instaurar, mediante esforços pessoais e comunitários, ao longo da história. O dom divino da paz, portanto, é sempre também uma conquista e uma realização humana; com efeito, ele é proposto ao homem para ser acolhido de modo livre e, depois, ser progressivamente posto em prática pela sua vontade criadora. Por outro lado, a Providência, dado o seu amor pelo homem, jamais o abandona; mas impele-o sempre e, misteriosamente, mesma nas horas mais obscuras da história, recondu-lo ao caminho da paz. As dificuldades, as decepções e as tragédias do passado e do presente não-de ser meditadas, também elas, como lições providenciais; e cabe aos homens saber tirar delas a sabedoria necessária para abrir novos caminhos, mais racionais e mais corajosos, para construir a paz. A referência à verdade de Deus proporciona ao homem o ideal e as energias necessárias para superar as situações de injustiça e para ele se libertar de ideologias de poder e de dominação, enfim, para empreender uma caminhada de verdadeira fraternidade universal.

Os *cristãos*, pela fidelidade a Cristo, que pregou o « Evangelho da paz » e que estabeleceu a paz nos corações, reconciliando-os com Deus, têm - como ralçarei na parte final desta Mensagem - razões ainda mais ponderosas para considerar a paz como um dom de Deus e para contribuir corajosamente para a instauração da mesma paz neste mundo; e isso até, na medida da própria aspiração à sua realização plena no Reino de Deus. E eles sabem ser chamados a conjugar os seus esforços com os dos *crentes de outras religiões* que incansavelmente denunciam o ódio e a guerra e que - por caminhos diferentes - se aplicam em promover a justiça e a paz.

Convinha, muito mesmo, antes de passar adiante, considerar bem nos seus fundamentos esta visão cheia de esperança, quanto a uma humanidade voltada na direcção da paz, frisando a responsabilidade moral que corresponde ao dom de Deus; isso esclarecerá e estimulará a actividade dos homens nos campos da informação, dos estudos e dos compromissos em favor da

paz, três campos que eu queria agora ilustrar com alguns exemplos.

A informação

6. A paz do mundo até certo ponto depende de um melhor conhecimento que os homens e as sociedades tenham de si mesmos. Um tal conhecimento é tributário, naturalmente, da informação e da qualidade desta informação. Assim, fazem obra de paz aqueles que, com o respeito de outrem e com caridade, investigam e proclamam a verdade. Fazem obra de paz aqueles que se aplicam em despertar a atenção para os valores das diferentes culturas, para a especificidade das sociedades e para as riquezas humanas de cada povo. Fazem obra de paz aqueles que, mediante a informação, eliminam as barreiras das distâncias, de tal sorte que passamos a sentir verdadeiramente que nos diz respeito a sorte daqueles homens e daquelas mulheres que, longe de nós, são vítimas da guerra ou das injustiças. Certamente uma acumulação de determinadas notícias, sobretudo quando estas descrevem catástrofes em relação às quais não se tem possibilidade alguma de agir, poderia acabar por fazer com que fique indiferente ou desgostoso quem permanece simples ouvinte, sem nunca empreender uma acção ao seu alcance; no entanto, em si mesmo, o papel dos « mass media » conserva os seus aspectos positivos: doravante cada um de nós é convidado a tornar-se o próximo de todos os seus irmãos humanos (cf. *Lc. 10, 29-37*).

A informação de qualidade tem sem dúvida uma incidência directa na educação e na decisão política. Se se quer que os jovens sejam sensibilizados para o problema da paz e que eles se preparem para ser obreiros de paz, torna-se indispensável que os programas educativos reservem um lugar preferencial à informação sobre as situações concretas em que a paz se encontra ameaçada e sobre as condições necessárias para a sua promoção. Construir a paz é algo que, na realidade, não poderá resultar somente dos poderes dos dirigentes. A paz não pode ser construída solidamente senão quando ela corresponder a uma determinação inabalável de todas as boas vontades. É preciso, pois, que os dirigentes sejam apoiados e esclarecidos por uma opinião pública que os encoraje e, quando for o caso, lhes manifeste a sua desaprovação. Por consequência, é uma coisa normal também que os governantes procurem explicar à opinião pública aquilo que diz respeito aos problemas da paz.

Os estudos que contribuem para a edificação da paz

7. A edificação da paz depende igualmente do progresso das investigações que lhe dizem respeito. Os estudos científicos consagrados à guerra e à sua natureza, às suas causas, aos seus meios, aos seus fins, à sua interrupção etc., estão cheios de ensinamentos sobre as condições da paz. Uma vez que eles põem em evidência as relações entre guerra e política, tais estudos mostram que para se resolverem os conflitos, as negociações têm mais futuro do que as armas.

Daqui se segue que o papel do direito na manutenção da paz está destinado a ampliar-se. Era algo que já se sabia pelo que se refere a cada um dos Estados, quanto a promoção da justiça e o respeito dos direitos do homem se beneficiavam amplamente do trabalho dos *juristas*. Mas o papel destes não é menor quando se trata de procurar os mesmos objectivos em plano internacional, e de aperfeiçoar, a este mesmo nível, os instrumentos jurídicos que constroem a paz e a mantêm.

Entretanto, uma vez que a preocupação pela paz começou a fazer sentir o seu peso no mais íntimo do ser humano, os progressos no caminho da paz tornam-se tributários igualmente das investigações conduzidas pelos *psicólogos* e pelos *filósofos*. É verdade que a chamada « polemologia » já foi enriquecida por estudos sobre a agressividade humana, sobre as « pulsões » de morte e sobre o espírito gregário que pode inibir de repente sociedades inteiras. No entanto, resta ainda muito por dizer acerca do receio que o homem tem de assumir a própria liberdade, acerca da sua insegurança diante de si mesmo e diante dos outros. Um maior conhecimento das « pulsões » de vida, do instinto de simpatia, da predisposição para o amor e para a partilha contribuirá sem dúvida para mais facilmente se compreenderem os mecanismos psicológicos que favorecem a paz.

A psicologia, portanto, está chamada a esclarecer e a completar, com as suas investigações, a reflexão dos filósofos. Desde sempre estes se interrogaram sobre a guerra e sobre a paz. A filosofia jamais deixou de ter responsabilidade neste campo; e permanece ainda viva, infelizmente, a lembrança daqueles filósofos célebres que viram no homem « um lobo para o homem » e, na guerra, uma necessidade da história. É verdade também, entretanto, que muitos outros houve que quiseram lançar as bases para uma paz duradoura, e até mesmo perpétua, ao proporem, por exemplo, fundamentos teóricos bem sólidos para o direito internacional.

Todos esses esforços merecem ser retomados e intensificados; e os pensadores que a isso se quiserem dedicar poderão beneficiar-se das achegas muito valiosas de uma corrente da filosofia contemporânea, que dá um realce único ao tema da pessoa humana e contribui de maneira singular para o aprofundamento dos temas da liberdade e da responsabilidade. A reflexão sobre os direitos do homem, a justiça e a paz poderá, com tal subsídio, achar-se mais esclarecida.

A acção indirecta

8. Se a promoção da paz é tributária, em certo sentido, da informação e da investigação, ela também depende, e principalmente, da acção que os homens empreenderem em favor dessa causa. Certas formas de acção aqui consideradas têm com a paz uma relação somente indirecta. No entanto, seria um erro considerá-las como algo que não merece importância; como passaremos a indicar, de maneira sucinta, quase todos os campos da actividade humana proporcionam ocasiões inesperadas para promover a paz.

É o caso dos *intercâmbios culturais*, no sentido mais amplo da palavra. Assim, tudo aquilo que faculta aos homens conhecerem-se melhor, mediante a actividade artística, quebra as barreiras entre eles. Mesmo quando a palavra é mal sucedida e quando a diplomacia é recurso aleatório, a música, a pintura, o teatro e o desporto podem servir para aproximar os homens. E o mesmo é válido para o caso da *investigação científica*: a ciência, como aliás a arte, suscita e congrega uma sociedade universal, em que se encontram entre si, sem divisões, todos os homens apaixonados pela verdade e pela beleza. A ciência e a arte antecipam por isso mesmo, ao seu nível próprio, o nascimento de uma sociedade universal pacificada.

Até a própria *vida económica* é chamada hoje a aproximar os homens, fazendo-os captar a medida da sua interdependência e da sua complementaridade. É certo que as relações económicas criam muitas vezes um campo de afrontamentos desumanos, de concorrência sem dó nem piedade e de cínica exploração. Mas, não poderiam essas mesmas relações transformar-se em relações de serviço e de solidariedade, e desarmar, por isso mesmo, uma das causas mais frequentes de discórdia?

Justiça e paz no interior das nações

9. Muito embora a paz deva constituir a preocupação de todos os homens, a sua construção é uma tarefa que cabe, directa e principalmente, aos *dirigentes políticos*. Sob este ponto de vista, é sempre a Nação, enquanto sociedade politicamente organizada, o espaço principal para a edificação da paz. Se a formação de uma sociedade política tem como objectivo a instauração da justiça, a promoção do bem comum e a participação de todos, então a paz desta sociedade não será realidade senão na medida em que estes três imperativos forem respeitados. A paz não poderá desabrochar senão onde forem salvaguardadas as exigências elementares da justiça.

O respeito incondicional e efectivo dos direitos imprescritíveis e inalienáveis de cada um constitui a condição *sine qua non* para que a paz reine numa sociedade. Em relação a estes direitos fundamentais, todos os outros são, de alguma maneira, derivados e secundários. Numa sociedade em que estes direitos não forem protegidos, a própria ideia de universalidade passa a ser uma ideia exânime, desde o momento em que somente alguns indivíduos instauram, para seu exclusivo proveito, um princípio de discriminação, por força do qual os direitos e a própria existência de outrem ficam pendentes do arbítrio dos mais fortes. Uma sociedade assim não poderá, portanto, estar em paz consigo mesma; contém em si própria um princípio de divisão e de dilaceração. Pelo mesmo motivo, qualquer sociedade política não poderá colaborar efectivamente na construção da paz internacional, senão na medida em que ela própria estiver pacificada; quer dizer, senão na medida em que internamente ela tomar a sério a promoção dos direitos do homem. E na medida em que os dirigentes de uma determinada nação se empenharem em edificar uma sociedade plenamente justa, estão já a dar uma contribuição decisiva para a edificação de uma paz autêntica, sólida e duradoura (cf. Encíclica *Pacem in Terris*, II).

Justiça e paz entre as nações

10. Se bem que a paz no interior de cada nação seja a condição necessária para que a verdadeira paz possa germinar, isso, no entanto, não é a condição suficiente. A construção da paz em escala mundial não poderá resultar, efectivamente, das vontades dispersas, não raro ambíguas e por vezes contraditórias das nações. Foi aliás para obviar a essa carência que os Estados se proveram de *organizações internacionais* apropriadas, que têm como uma das finalidades principais harmonizar as vontades e levá-las a convergir no sentido da salvaguarda da paz e no sentido de uma maior justiça entre as nações.

Pela autoridade que elas conseguiram, pelas suas realizações, as grandes Organizações internacionais realizaram uma obra notável em favor da paz. Houve, sem dúvida, faltas de êxito; elas não tiveram possibilidade de prevenir nem de extinguir rapidamente todos os conflitos. Mas contribuíram para demonstrar aos olhos do mundo que a guerra, o sangue e as lágrimas não aplacam as tensões. Deram a prova experimental, por assim dizer, de que mesmo a nível mundial, os homens eram capazes de conjugar os próprios esforços e de buscar juntos a paz.

A dinâmica cristã da paz

11. Chegado a este ponto da minha Mensagem, quero dirigir-me de um modo mais especial aos meus irmãos e irmãs da Igreja. A Igreja dá o seu apoio e os seus encorajamentos a todos os esforços sérios em prol da paz. Ela não hesita em proclamar que a acção de todos aqueles que consagram o melhor em suas energias à paz se inclui no plano de salvação de Deus em Jesus Cristo. Aos cristãos, porém, recorda que estes têm maiores razões para ser testemunhas activas do dom divino da paz.

Em primeiro lugar, Cristo, com as suas palavras e com o seu exemplo, suscitou novos comportamentos de paz. Fez a ética da paz ir muito além das atitudes então correntes de justiça e de entendimento. Nos inícios do seu ministério, Ele proclama: « Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus » (*Mt.* 5, 9). Depois, envia os seus discípulos a levar a paz de casa em casa e de cidade em cidade (cf. *ibid.* 10, 11-13); e exorta-os a preferirem a paz a toda a espécie de vingança e mesmo a certas reclamações legítimas, tal era o seu desejo de arrancar do coração do homem a raiz da agressividade (cf. *ibid.* 5, 38-42). Mais ainda, Ele preceitua que se amem aqueles que as barreiras de qualquer género transformaram em inimigos (cf. *ibid.* 5, 43-48); cita como exemplo os estrangeiros, existindo o hábito criado de os desprezar, como era o caso dos Samaritanos (cf. *Lc.* 10, 33; 17, 16). Convida a que se permaneça humilde e disposto a perdoar, sem quaisquer limitações (cf. *Mt.* 18, 21-22). Por fim, a atitude de partilha com aqueles que estão desprovidos do essencial - atitude que Ele apresenta como sendo a chave do juízo final - deve contribuir radicalmente para instaurar relações de fraternidade.

Estes apelos de Jesus, assim como o seu exemplo, por si mesmos, tiveram logo uma ampla

repercussão na atitude dos seus discípulos, como atesta a história desde há dois milénios. Mas a obra de Cristo situa-se num nível profundo por motivos diversos, ou seja, na ordem de uma transformação misteriosa dos corações. Ele trouxe verdadeiramente « a paz à terra, aos homens que Deus ama », segundo o anúncio feito desde o seu nascimento (cf. *Lc. 2, 14*); e isso, não somente ao revelar-lhes o amor do Pai, mas sobretudo reconciliando-os com o mesmo Deus, mediante o seu sacrifício. Com efeito, existiam o Pecado e o Ódio, que constituíam obstáculo à Paz com Deus e com os outros: Ele destruiu-os, com o oferecimento da sua vida na Cruz; reconciliou num só corpo aqueles que eram inimigos (cf. *Ef 2, 16; Rom. 12, 5*).

Consequentemente, as suas primeiras palavras aos Apóstolos depois de ressuscitado foram: « a paz esteja convosco » (*Jo. 20, 19*). Aqueles que recebem a fé passam a formar em Igreja uma comunidade profética: com o Espírito Santo transmitido pelo mesmo Senhor, depois do Baptismo que os insere no Corpo de Cristo, fazem a experiência da paz dada por Deus no sacramento da Reconciliação e na Comunhão eucarística; anunciam « o Evangelho da paz » (*Ef 6, 15*); procuram eles próprios vivê-lo no dia-a-dia, concretamente; aspiram pelo tempo da reconciliação integral, quando, por uma nova intervenção de Deus vivo que ressuscita os mortos, o homem passar a ser totalmente transparência diante do mesmo Deus e dos seus irmãos. É esta a visão de fé que sustém a acção dos cristãos em favor da paz.

Assim, pela sua própria existência, a Igreja apresenta-se no meio do mundo como uma sociedade de homens reconciliados e pacificados pela graça de Cristo, em comunhão de amor e de vida com Deus e com todos os irmãos, por cima das barreiras humanas de todas as espécies; ela já é, em si mesma, e procura tornar-se na prática, cada vez mais, um dom e um fermento de paz, oferecidos por Deus à humanidade inteira. É certo que os membros da Igreja têm bem consciência de serem ainda muitas vezes pecadores, também neste campo; mas sentem pelo menos a grave responsabilidade de traduzir em obras este dom da paz. Para isso, devem eles, antes de mais nada, superar as suas próprias divisões, a fim de se encaminharem sem perder tempo para a plenitude da unidade em Cristo; e assim estarão a colaborar com Deus para proporcionar a Sua paz ao mundo. Eles devem também, como se impõe, juntar os seus esforços aos de todos os homens de boa vontade que agem em favor da paz, nos diversos sectores da sociedade e da vida internacional. A Igreja quer que os seus filhos se empenhem, mediante o próprio testemunho e as próprias iniciativas, na primeira fila daqueles que preparam e fazem reinar a paz. Ao mesmo tempo, porém, ela dá-se bem conta de que, neste campo, se trata de um trabalho difícil, que exige muita generosidade, discernimento e esperança, sendo um autêntico desafio.

A paz, um desafio perene para o cristão

12. O optimismo cristão, fundado na Cruz gloriosa de Cristo e na efusão do Espírito Santo, não justifica de facto ilusão alguma. Para o cristão, a paz na terra constitui sempre um desafio, em virtude da presença do pecado no coração do homem. Impelido pela sua fé e pela sua esperança, o cristão aplica-se, pois, em promover uma sociedade mais justa; ele luta contra a fome, contra a

miséria e contra a doença; torna-se solícito pela sorte dos migrantes, dos prisioneiros e dos marginais (cf. *Mt.* 25, 35-36). Mas ele sabe que, embora todas estas iniciativas expressem alguma coisa da misericórdia e da perfeição de Deus (cf. *Lc.* 6, 36; *Mt.* 5, 48), permanecem sempre limitadas no seu alcance, precárias quanto aos seus resultados e ambíguas na sua inspiração. Somente Deus, que dá a vida, quando Ele recapitular tudo no seu Filho, somente então satisfará a esperança ardente dos homens, levando Ele próprio a termo tudo aquilo que tiver sido empreendido na história segundo o seu Espírito em matéria de justiça e de paz.

O cristão, por conseguinte, ao prodigalizar-se com um ardor renovado para evitar a guerra ou para lhe pôr termo, não se ilude nem quanto à sua capacidade para fazer triunfar a paz, nem quanto ao alcance das iniciativas que toma com esse objectivo. E não obstante, ele interessa-se por todas as realizações humanas em favor da paz e muitas vezes nelas toma parte, olhando-as com realismo e humildade. Quase se poderia dizer que ele as relativiza duplamente: pondo-as em relação com a condição pecadora do homem e situando-as pelo que concerne ao plano salvífico de Deus. Primeiro que tudo, o cristão - sem ignorar quantos projectos de agressividade, de hegemonia e de manipulação dos outros dormitam no coração dos homens e, por vezes, alimentam mesmo as suas intenções, malgrado certas declarações ou manifestações de comportamento pacifista - sabe que, aqui na terra, uma sociedade humana totalmente e para sempre pacificada, infelizmente, é uma utopia, e que as ideologias que pretendem fazê-la aparecer como podendo ser facilmente aguardada, mantêm esperanças irrealizáveis, sejam quais forem as razões da sua atitude: visão irrónea da condição humana, falta de aplicação no considerar o conjunto do problema, evasão para acalmar o medo, ou, nalguns casos, cálculo interesseiro. O cristão está mesmo persuadido - quando mais não fosse por haver feito ele próprio a dolorosa experiência disso - de que tais esperanças ilusórias levam directamente à pseudo-paz dos regimes totalitários. Contudo, uma tal visão realista não desmobiliza, em aspecto nenhum, os cristãos, nos seus esforços pela paz; ao contrário, estimula o seu ardor, porque eles sabem que a vitória de Cristo sobre a mentira, sobre o ódio e sobre a morte fornece aos homens amantes de paz uma motivação para agir mais decisiva do que a oferecida pelas mais generosas antropologias, bem como uma esperança mais fundada do que a que se faz brilhar nos sonhos mais audaciosos.

É por isso mesmo que o cristão, quando se dedica a combater e prevenir todas as formas de guerra, não hesita em recordar, em nome de uma elementar exigência da justiça, que os povos têm o direito e também o dever de proteger, com meios proporcionados, a sua existência e a sua liberdade contra um injusto agressor (cf. *Gaudium et Spes*, n. 79). Todavia, tendo em conta a diferença, por assim dizer, de natureza, entre as guerras clássicas e as guerras nucleares ou bacteriológicas, e tendo em conta também o escândalo da corrida aos armamentos em presença dos necessitados do Terceiro Mundo; esse direito, muito real no seu princípio, mais não faz do que acentuar para a sociedade mundial a urgência de arranjar meios eficazes de negociação. Sendo assim, o terror nuclear que obsidia o nosso tempo pode incitar os homens a enriquecerem o seu património comum com esta descoberta muito simples e que está ao seu alcance: que a

guerra representa o meio mais bárbaro e mais ineficaz para resolver os conflitos. Mais do que nunca; a sociedade humana vê-se hoje constringida, portanto; a arranjar aqueles meios de harmonização e de diálogo de que precisa para poder sobreviver e, por conseguinte, a munir-se de instituições indispensáveis para a construção da justiça e da paz.

Oxalá que ela possa também tomar consciência de que tal obra supera as forças humanas!

A oração pela paz

13. Ao longo da presente Mensagem, eu fui fazendo apelo à responsabilidade dos homens de boa vontade, e de um modo especial dos cristãos, uma vez que *Deus confiou a paz aos homens*. Com o realismo e a esperança que a fé nos faculta, quis chamar a atenção dos cidadãos e dos governantes para um certo número de iniciativas ou de atitudes, que já se apresentam possíveis e são susceptíveis de edificar solidamente a paz. Mas, para além ou, talvez melhor, mesmo no seio dessa acção necessária em tal sentido, a qual poderia afigurar-se pertencer em primeiro lugar aos homens, *a paz é antes de mais nada um dom de Deus* - é necessário nunca esquecer isto - e, assim, ela tem de ser continuamente implorada da sua misericórdia.

Uma tal convicção parece ter animado constantemente os homens de todas as civilizações que puseram a paz na primeira linha das suas orações. E quantos e quantos homens, ao viverem a experiência de combates mortais e dos campos de concentração e, paralelamente, quantas mulheres e crianças em angústia por causa das guerras, se voltaram para o Deus da paz. Nos dias de hoje, quando as ameaças se revestem de uma gravidade muito particular, pela sua extensão e pelo seu carácter radical, e quando as dificuldades para construir a paz se emaranham de um modo novo, muitas vezes inextricável, grande número de pessoas, mesmo daquelas pouco familiarizadas com a oração, podem espontaneamente encontrar o caminho da mesma oração.

Sim, o nosso futuro está nas mãos de Deus, o único que dá a verdadeira paz. E mesmo quando os corações humanos afrontam sinceramente acções de paz, é ainda a graça de Deus que inspira e fortifica os seus sentimentos. Neste sentido, todos são convidados a orar, à maneira daquele Santo de que estamos a celebrar o oitavo centenário do nascimento, Francisco de Assis:

Senhor, fazei de nós artífices de paz: quando o ódio prevalecer, que nós anunciemos o amor; quando a ofensa ferir, que nós saibamos construir a paz!

Os cristãos, por seu turno, hão-de ganhar gosto em implorar a paz, fazendo sua e com que deles se eleve a oração de tantos e tantos Salmos, pontoados por súplicas de paz e que são repetidos com o amor universal de Jesus. Nisto existe já um ponto em comum e muito importante em todas as diligências ecuménicas. Os outros crentes, espalhados por todo o mundo, esperam também eles o dom da paz, da parte do Todo-Poderoso; e, mais ou menos conscientemente, muitos

outros homens de boa vontade estão prontos para fazerem a mesma oração no íntimo dos seus corações. Oxalá possa elevar-se assim para Deus uma súplica fervorosa, dos quatro cantos da terra! Isso representará já uma bela unanimidade na caminhada da paz. E quem poderá duvidar de que Deus há-de ouvir este clamor dos seus filhos: Senhor, dai-nos a paz! Dai-nos a vossa paz!

Vaticano, 8 de Dezembro de 1981.

IOANNES PAULUS PP. II